Comunicado
Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998
Balanço Patrimonial - Hospital Estadual do Grajaú Professor Liberato John Alphonse Di Dio - Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês

INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SÍRIO LIBANÊS
Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú
CNPJ 09.538.688/0009-90

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

ATIVO

	Notas	31/12/2015	31/12/2014
Ativo circulante			
Recursos Disponíveis de projetos - Contratos de gestão e convênios	5	25.550	11.006
Recursos a receber de projetos - Contratos de gestão e convênios	6	11.137.000	11.053.350
Estoques	7	1.097.527	855.916
Creditos diversos	8	248.385	495.159
Total do ativo circulante		12.508.461	12.415.431
Ativo não circulante			
Depositos judiciais	13	616.087	58.820
Total do ativo não circulante		616.087	58.820
Total do ativo		13.124.549	12.474.251

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL

	Notas	31/12/2015	31/12/2014
Passivo circulante			
Fornecedores	9	14.631.286	10.300.770
Obrigações trabalhistas	10	12.533.194	14.431.435
Obrigações tributárias	11	292.748	213.631
Contratos de gestão e convênios	12	26.317	786.666
Outras contas a pagar		199.852	159.431
Total do passivo circulante		27.683.396	25.891.933
Passivo não circulante			
Provisão para demandas judiciais	13	6.285.745	6.711.877
Total do passivo não circulante		6.285.745	6.711.877
Patrimônio social			
Déficits acumulados		(20.129.560)	(22.984.862)
Déficit do exercício		(715.032)	2.855.302
Total do patrimônio social		(20.844.592)	(20.129.560)
Total do passivo e do patrimônio social		13.124.549	12.474.251

Demonstrações das mutações do patrimônio social negativo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em reais - R$)

	Notas	Déficit acumulado	Déficit do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013		(16.888.622)	(6.096.240)	(22.984.862)
Incorporação do Superávit/Déficit do ano anterior ao déficit acumulado		(6.096.240)	6.096.240	–
Superávit /Déficit do exercicio		–	2.855.302	2.855.302
Saldos em 31 de dezembro de 2014		(22.984.862)	2.855.302	(20.129.560)
Incorporação do Superávit/Déficit do ano anterior ao déficit acumulado		2.855.302	(2.855.302)	–
Superávit /Déficit do exercicio		–	(715.032)	(715.032)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		(20.129.560)	(715.032)	(20.844.592)

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em reais - R$)

	Notas	31/12/2015	31/12/2014
Receitas operacionais			
Recursos dos Contratos de Gestão - Estadual	14	137.220.850	136.040.200
Receitas de Residências Médicas		853.655	696.382
Receitas de Locações de Espaços		61.403	50.515
Subvenções Compra Equips Hospits.		693.986	-
Receitas de Doações de Materiais	15	347.015	269.435
Receita Isenção INSS	16	4.946.972	-
		144.139.881	137.116.532
Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos	17	(123.610.192)	(113.895.225)
Encargos com a Previdência Social		(13.882.116)	(13.269.412)
Superávit bruto		6.647.370	10.151.795
Receitas (despesas) operacionais			
Utilidade pública	18	(2.883.556)	(1.987.255)
Serviços profissionais	19	(4.190.330)	(3.903.397)
Demandas judiciais	13	559.828	(247.347)
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	20	(837.017)	(1.159.928)
Déficit operacional antes do resultado financeiro		(703.704)	2.853.868
Despesas financeiras	21	(189.858)	(351.522)
Receitas financeiras	22	178.530	352.956
		(11.328)	1.433
Déficit do exercício		(715.032)	2.855.302

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em reais - R$)

	31/12/2015	31/12/2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Das operações sociais:		
Superavit/ Déficit do exercicio	(715.032)	2.855.302
Ajustes para conciliar o resultado do exercício pelas atividades operacionais		
Provisão para demandas judiciais (líquido das reversões e pagamentos)	(426.132)	247.347
Variação de ativos e passivos operacionais		
Recursos Disponíveis de projetos - Contratos de gestão e convênios	(14.544)	211.945
Recursos a receber de projetos - Contratos de gestão e convênios	(83.650)	306.699
Estoques	(241.611)	(4.303)
Créditos diversos	246.775	31.126
Depósitos judiciais	(507.267)	(58.820)
Fornecedores	4.330.516	(2.945.374)
Obrigações trabalhistas	(1.898.242)	211.962
Obrigações tributárias	79.117	(188.834)
Outras contas a pagar	40.420	(199.014)
Projetos a executar - contratos de gestão e convênios	(785.349)	(806.676)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	-	-
Redução de caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
Redução de caixa e equivalentes de caixa	-	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

1. Contexto operacional

O Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês ("Instituto") é uma entidade constituída em 14 de abril de 2008, sem fins econômicos ou lucrativos, com sede á Rua Peixoto Gomide nº 337, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0001-32.

Em 15 de julho de 2008, foi reconhecido pela Secretaria Municipal de Gestão como Organização Social de Saúde no Município de São Paulo e, em 30 de novembro de 2009, como Organização Social de Saúde pela Secretaria Estadual de Gestão Pública, podendo, assim, efetuar parcerias junto aos Órgãos Públicos Municipais e Estaduais.

Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú)

Localizado na rua Francisco Octávio Pacca, no. 180, Grajaú. Em 15 de dezembro de 2011 foi celebrado o Contrato de Gestão nº 001.0500.000.066/2011 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, assumindo a gestão a partir de 1º de janeiro de 2012, por 5 anos. O valor do repasse estimado para 2016 é de R$133,6 milhões.

Em função do Instituto ser responsável apenas pelo gerenciamento do serviço de saúde, os ativos imobilizados relacionados à unidade de saúde ficam sob responsabilidade do ente público:

1.1. Plano da Administração do Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú)

O Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) incorreu em um déficit de R$ 715.032 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e que, naquela data, apresentava patrimônio liquido negativo de R$ 20.844.592 e passivo circulante excedente ao ativo circulante de R$15.174.934. Embora apresente patrimônio líquido negativo em 31 de dezembro de 2015, a Administração do Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) entende que este é mero gestor e não tem responsabilidade objetiva pelos déficits, pois cabe ao Estado lhe repassar ou não as verbas acordadas. Há hipótese do Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) optar por rescindir os contratos e transferir os déficits ao Ente Público, não afetando a continuidade de suas operações.

A seguir apresentamos as principais informações relacionadas aos planos da Administração:

(a) O contrato de gestão do Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) com a Secretaria de Estado da Saúde – SES, teve seu valor revisto para o exercício de 2016, através do T.A. 01/2016, passando de R$11,05 milhões para R$11,13 milhões mensais;

(b) Com a Obtenção do CEBAS (Nota Explicativa nº 17) em setembro de 2015, a isenção previdenciária da unidade está na ordem de R$ 1 milhão mensais, visando o equilíbrio orçamentário.

Outras providências adotadas no Hospital Geral do Grajaú, onde, em conjunto com a equipe do hospital, estão sendo revistos contratos, a extinção de alguns cargos/funções, bem como a revisão dos benefícios sociais aos trabalhadores. Adicionalmente, estuda-se a realização de processos de compras centralizados dos itens de consumo com maior relevância, para que haja aquisição em maior escala e, como consequência, negociações vantajosas junto aos fornecedores.

Quanto às provisões para cobertura de prováveis perdas em processos cíveis e trabalhistas, decorrentes do antigo gestor do Hospital Geral do Grajaú, no montante de R$ 6.285.745 em 31 de dezembro de 2015 (R$ 6.711.877 em 2014), existe um acordo tácito com a SES de que os processos transitados em julgado, com seus valores conhecidos, serão cobertos pela Secretaria, através de termo aditivo financeiro ao Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú), não onerando o fluxo de recursos financeiros definido para o exercício.

Concomitantemente com estas ações, o Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) tem aprofundado o conjunto de medidas, com vistas a sanar os déficits financeiros, conforme segue: negociação, junto aos fornecedores, das dívidas, com parcelamento dos valores, sem inclusão de encargos e alteração do prazo de pagamento dos novos fornecimentos de insumos para 90 dias após a entrega dos materiais.

A Administração do Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) acredita que os planos acima mencionados trarão os benefícios esperados na equalização das obrigações de curto prazo e garantirão a continuidade das operações da entidade.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas

Continua

Continuação

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
A presente demonstração contábil inclui dados não contábeis e dados contábeis, como operacionais e financeiros. Os dados não contábeis não foram objetos de auditoria e/ou outros procedimentos por parte dos auditores independentes.
A emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que evidenciam todas as informações relevantes próprias das mesmas, foram aprovadas pela Gerência Financeira e pela Gerência Executiva do Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) em 4 de março de 2016, que correspondem às informações utilizadas pelos respectivos órgãos na sua gestão.

Moeda funcional e moeda de apresentação
Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú). Todas as informações financeiras são apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.
Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, entre outros, a provisão para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 13) e a mensuração de instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 24).

2.2. Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir.

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente pelo Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

Caixa e equivalentes de caixa – Recursos Próprios.

Inclui caixa e saldos positivos em conta movimento.
Os recursos financeiros que o Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) possui, mas que estão vinculados a projetos, são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão.
Estoques
Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos nos hospitais. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

Obrigações trabalhistas

Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos, constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

Provisão para demandas judiciais

O Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Apuração do resultado do exercício

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. Os repasses dos contratos de gestão/convênios são efetuados pelos governos geralmente no inicio do mês seguinte à competência.

Receitas com trabalhos voluntários
As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que o Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) não registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários em decorrência de não ter efeito relevante nas demonstrações contábeis.

Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

O Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.
O Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais dele em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
O Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se, e somente se, o Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú). Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos e outros créditos.

Passivos financeiros não derivativos

O Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.
O Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e contratos de gestão e convênios.
Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.
Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC e aprovado pelo CFC.

4. Novas normas contábeis

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2015

As novas normas, alterações e interpretações de normas, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, não geraram nenhum impacto significativo nas demonstrações contábeis do Instituto.

Continua

Continuação

4.2. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2015

As novas normas, alterações e interpretações de normas, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, não geraram nenhum impacto significativo nas demonstrações contábeis da Instituto.

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis do Instituto. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que o Instituto de forma razoável espera que produzam, ou não, impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. O Instituto pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor e foram aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

- IFRS 9 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018) – Instrumentos financeiros (Financial Instruments);
- IFRS 15 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2017) – Receita de Contratos com Clientes (Revenue from Contracts with Customers).

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Entidade espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis.

5. Recursos vinculados a projetos - contratos de gestão e convênios

	31/12/2015	31/12/2014 (Não Auditado)
Caixa e bancos	1.065	10.735
Aplicações financeiras	24.485	271
	25.550	**11.006**

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Referem-se principalmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs). As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam de 81% a 100% do CDI.

6. Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios

	31/12/2015	31/12/2014 (Não Auditado)
Recursos a receber de projetos – Hospital Geral do Grajaú	11.137.000	11.053.350
	11.137.000	**11.053.350**

Referem-se às parcelas a receber de repasses para custeio e investimento, recebidas em janeiro do exercício seguinte.O Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) mantém contratos de com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, respectivamente (vide Nota Explicativa nº 1).

7. Estoques

	31/12/2015	31/12/2014 (Não Auditado)
Medicamentos, materiais médicos-cirúrgicos e enfermagem	798.126	819.249
Gêneros alimentícios, rouparia, uniformes e outros	299.401	36.667
	1.097.527	**855.916**

8. Créditos diversos

	31/12/2015	31/12/2014 (Não Auditado)
Adiantamentos a funcionários	216.878	441.584
Outros créditos	31.507	53.575
	248.385	**495.159**

9. Fornecedores

	31/12/2015	31/12/2014 (Não Auditado)
Nacionais	14.631.286	10.300.770
	14.631.286	**10.300.770**

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares.

Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

	31/12/2015	31/12/2014 (Não Auditado)
Vencidos	6.536.694	3.394.495
A vencer até 30 dias	4.746.601	2.923.105
A vencer de 31 a 180 dias	3.347.991	3.674.520
A vencer há mais de 180 dias	-	308.650
	14.631.286	**10.300.770**

Quanto aos fornecedores vencidos e não pagos, o Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) passou a negociar junto aos credores no sentido de estabelecer um fluxo de pagamento parcelado da dívida, sem nenhuma inclusão de multas, juros e quaisquer outras taxas. O Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) tem obtido êxito nestas negociações, escalonando o pagamento de suas obrigações, sendo que os parcelamentos propostos vêm sendo rigorosamente cumpridos.

10. Obrigações trabalhistas

	31/12/2015	31/12/2014 (Não Auditado)
Salários e ordenados a pagar	3.272.811	3.187.188
Contribuições e encargos sociais	2.204.288	3.191.760
Provisão para férias e encargos sobre férias	7.056.095	8.052.487
	12.533.194	**14.431.435**

11. Obrigações tributarias

	31/12/2015	31/12/2014 (Não Auditado)
IRRF	27.925	27.963
INSS pessoa física	29.542	14.159
ISS	12.820	10.948
PIS/COFINS/CSLL	146.605	75.349
INSS pessoa jurídica	55.210	45.889
IRRF autônomo	20.646	39.323
	292.748	**213.631**

12. Contratos de gestão e convênios

	31/12/2015	31/12/2014 (Não Auditado)
Repasses para investimento e custeio	26.317	786.666
	26.317	**786.666**

O Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) mantém contratos de gestão com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio Secretaria de Estado da Saúde, respectivamente (vide Nota Explicativa nº 1).

13. Provisão para demandas judiciais

	31/12/2015	31/12/2014 (Não Auditado)
Provisão para demandas judiciais	6.285.745	6.711.877
	6.285.745	**6.711.877**

O Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) é parte (pólo passivo) em ações judiciais envolvendo questões cíveis e trabalhistas.

A Administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, constituiu provisões para cobertura das perdas consideradas como prováveis para os processos, nos montantes indicados a seguir:

	2013 (Não Auditado)	Adições	Reversão	Pagamentos	(Não Auditado)
Trabalhistas	295.236	1.765.966	(555.214)	(8.100)	1.497.888
Civeis	6.169.294	2.187.719	(3.143.024)	-	5.213.989
	6.464.530	**3.953.685**	**(3.698.238)**	**(8.100)**	**6.711.877**

	31/12/2014 (Não Auditado)	Adições	Reversão	Pagamentos	31/12/2015
Trabalhistas	1.497.888	2.500.220	(1.922.186)	-	2.075.922
Civeis	5.213.989	1.285.946	(2.290.112)	-	4.209.823
	6.711.877	**3.786.166**	**(4.212.298)**	**-**	**6.285.745**

O Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) está envolvido em outros processos cíveis e trabalhistas surgidos no curso normal de suas operações, classificados por seus consultores legais com risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída. Os montantes destes processos, em 31 de dezembro de 2015 são: trabalhistas R$ 6.181.796 e cíveis R$ 24.712.666. Em 31 de dezembro de 2014 são: trabalhistas R$ 3.402.317 e cíveis R$ 15.872.815. Os principais temas trabalhistas abordados nesses processos versam sobre horas extras, adicionais de insalubridade, equiparação salarial, verbas rescisórias, dentre outros. Não são esperadas perdas no encerramento desses processos além dos montantes já provisionados. Os processos relacionados a natureza cível têm como principais discussões erros médicos, de diagnósticos, entre outros

.

14. Patrimônio social

Conforme Estatuto Social da Instituição, deverá ser aplicado integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. Dessa forma, superávits e déficits dos exercícios são integralmente incorporados ao patrimônio social.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de extinção ou dissolução os bens que integram o seu patrimônio, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados ao patrimônio de outra organização social da mesma área de atuação ou ao patrimônio do órgão público ou instituição pública na proporção dos recursos e dos bens por ele alocados nos termos dos contratos de gestão.

Evolução do Patrimônio social

	31/12/2015	31/12/2014 (Não Auditado)
HGG	(20.844.592)	(20.129.560)
	(20.844.592)	**(20.129.560)**

15. Receitas dos contratos de gestão - convênio Estadual

	31/12/2015	31/12/2014 (Não Auditado)
Contrato Gestão Hospital Geral do Grajaú	137.223.850	136.040.200
	137.223.850	**136.040.200**

16. Receitas com doações de materiais

	31/12/2015	31/12/2014 (Não Auditado)
Hospital Geral do Grajaú	347.015	289.435
	347.015	**289.435**

As Receitas de doações de matérias são referentes a doações de medicamentos e Kits distribuídos pelo estado (Kit Mãe Paulista).

17. Isenção de INSS sobre cota patronal

Em 18 de setembro de 2015, o Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês obteve o deferimento do seu pedido da certidão do CEBAS, no qual, a partir da publicação em diário oficial, iniciou-se o período de gozo da isenção de INSS patronal (20% sobre salário bruto), FPAS (5.8%), mais seguro contra riscos e acidentes RAT (2,16%), totalizando (27.96%). Esta isenção tem validade de 3 anos a contar da data da publicação (21 de setembro de 2015).

	31/12/2015	31/12/2014 (Não Auditado)
Ordenados e Salários- de Set/2015 a Dez/2015	17.869.679	-
Isenção de INSS (27.96%)	4.949.572	-

Continua

Continuação

18. Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos

	31/12/2015	31/12/2014 (Não Auditado)
Pessoal	(70.885.774)	(72.451.799)
Encargos com a previdência social	(13.882.118)	(13.269.412)
Medicamentos e materiais de uso - paciente	(14.376.043)	(11.911.280)
Materiais de consumo diversos	(6.548.730)	(5.411.426)
Lavandeira e rouparia	(2.870.125)	(2.136.899)
Segurança e vigilância	(1.678.829)	(1.375.416)
Higiene e limpeza	(2.695.431)	(2.677.009)
Serviços médicos	(24.555.260)	(17.731.496)
	(137.492.310)	**(126.964.737)**

19. Utilidade pública

	31/12/2015	31/12/2014 (Não Auditado)
Agua	(1.006.212)	675.869
Energia elétrica	(1.455.208)	817.481
Gás natural	(207.125)	295.930
Combustíveis e lubrificantes	(23.405)	11.067
Telecomunicações	(191.606)	186.908
	(2.883.556)	**1.987.255**

20. Serviços profissionais

	31/12/2015	31/12/2014 (Não Auditado)
Honorários advocatícios	(89.993)	(90.894)
Consultoria e assessoria	(388.737)	(432.030)
Suporte em infra-estrutura de TI	(278.386)	(259.226)
Manutenção e conservação	(459.127)	(442.383)
Auditoria contábil	(10.500)	(40.958)
Serviços diversos - pessoas juridicas	(2.963.587)	(2.637.906)
	(4.190.330)	**(3.903.397)**

21. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2015	31/12/2014 (Não Auditado)
Locação de equipamento	(665.549)	(465.450)
Arquivos e guardas de documentos	(87.818)	(67.812)
Uniforme / E.P.I.	(2.341)	(360.885)
Despesas legais / fiscais/ para fiscais	(71.345)	(246.002)
Outras receitas (despesas)	(9.964)	(19.779)
	(837.017)	**(1.159.928)**

22. Despesas financeiras

	31/12/2015	31/12/2014 (Não Auditado)
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	(13.247)	(22.333)
Taxas e custas	(332)	(1.073)
Imposto sobre operações financeiras	(111.493)	(115.370)
Juros incorridos	(33.012)	(114.361)
Multas	(64)	(72.568)
Outras despesas financeiras	(31.710)	(25.817)
	(189.858)	**(351.522)**

23. Receitas financeiras

	31/12/2015	31/12/2014 (Não auditado)
Descontos obtidos	7.964	139.901
Receita de aplicações financeiras	170.566	213.055
	178.530	**352.956**

24. Instrumentos financeiros

O Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 o Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) não efetuou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação (bem como posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2015 e de 2014), o Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) está sujeito aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações a vencer, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú). O Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) mantém discussões com os órgãos públicos para fins de garantir sua liquidez, principalmente com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, para buscar a equalização das obrigações assumidas na gestão do Hospital.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco do Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) incorrer em perdas decorrentes de um contrato de gestão ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do risco de perda nos recursos aplicados; porém, o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha.

Classificações contábeis e valores justos

Valor justo contra valor contábil

O Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) entende que o valor justo dos ativos e passivos financeiros são equivalentes os valores contábeis abaixo apresentados:

O Instituto entende que o valor justo dos ativos e passivos financeiros são equivalentes os valores contábeis abaixo apresentados:

31 de dezembro 2015	Nota	Designados ao valor justo	Recebíveis	Outros passivos financeiros	Total contábil	Valor justo
Recursos vinculados a projetos - contratos de gestão e convênios	5	25.550	-	-	25.550	25.550
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	6	-	11.137.000	-	11.137.000	11.137.000
Outros ativos	8	248.385	-	-	248.385	248.385
Fornecedores	9	-	-	(14.631.286)	(14.631.286)	(14.631.286)
Contrato de gestão e convênios	10	-	-	(12.533.194)	(12.533.194)	(12.533.194)
Outras obrigações (incluindo outras contas a pagar)	-	-	-	(518.916)	(518.916)	(518.916)
		273.935	11.137.000	(27.663.396)	(16.272.461)	(16.272.461)

31 de dezembro 2014 (Não auditado)	Nota	Designados ao valor justo	Recebíveis	Outros passivos financeiros	Total contábil	Valor justo
Recursos vinculados a projetos - contratos de gestão e convênios	5	11.006	-	-	11.006	11.006
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	6	-	11.053.350	-	11.053.350	11.053.350
Outros ativos	8	495.159	-	-	495.159	495.159
Fornecedores	9	-	-	(10.300.770)	(10.300.770)	(10.300.770)
Contrato de gestão e convênios	10	-	-	(14.431.435)	(14.431.435)	(14.431.435)
Outras obrigações (incluindo outras contas a pagar)	-	-	-	(1.159.729)	(1.159.729)	(1.159.729)
		506.165	11.053.350	(25.891.934)	(14.332.419)	(14.332.419)

25. Partes relacionadas

O Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) não possui transações entre partes relacionadas e os membros do Conselho de Administração deliberativo não são remunerados.

26. Tributos e contribuições

Imposto de renda e contribuição social

Em virtude de ser uma Instituição sem fins lucrativos, o Instituto goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo como Decreto nº 76.186 de 2 de setembro de 1975, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999 e artigo 195 da Constituição Federal

PIS

O Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) está sujeito ao pagamento da contribuição para o PIS calculado sobre a folha de salários à alíquota de 1%, de acordo com a Lei nº 9.532/97.

COFINS

O Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) é isento do recolhimento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03.

Renuncia fiscal

Em atendimento a ITG 2002 – entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC n.º 1.409/12, o Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada nos exercícios de 2015 e de 2014. Estão detalhados os impostos e contribuições com seus respectivos percentuais apurados, ressaltando que se tratam de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função do Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú) não possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

Incidentes sobre a receita (ISS 5%, PIS 0,65% e COFINS 3,0% - regime cumulativo)

Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%).

Continua

Continuação

Com base no estudo baseado nas estimativas anteriores, os montantes das principais renúncias fiscais apuradas são:

Incidentes sobre a receita	31/12/2015	31/12/2014 (Não Auditado)
Receita, depois dos descontos	138.843.094	136.827.097
ISS 5%	6.942.155	6.841.355
PIS 0,65%	902.480	889.376
COFINS 3,0%	4.165.293	4.104.813
	12.009.928	**11.835.544**

Incidentes sobre o Superávit		
Superávit (déficit) do exercício	(2.532.246)	2.855.302
IRPJ e CSLL 34%	-	**970.803**
Total	**12.009.928**	**12.806.347**

* * *

Relatório dos auditores independentes

Aos
Conselheiros e Diretores do
Instituto de Reponsabilidade Social Sírio Libanês – Unidade Hospital Geral do Grajaú.

São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto de Reponsabilidade Social Sírio Libanês – Unidade Hospital Geral do Grajaú ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nesta avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia destes controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Reponsabilidade Social Sírio Libanês – Unidade Hospital Geral do Grajaú em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme discutido na Nota Explicativa nº 1.1, chamamos a atenção para o fato de que o Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês – Unidade Hospital Geral do Grajaú incorreu em um déficit de R$715.032 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e que, naquela data, apresentava patrimônio social negativo de R$20.844.592 e passivo circulante excedente ao ativo circulante de R$15.174.934. Desta forma, o Instituto possui dependência significativa da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo para custeio do citado patrimônio líquido negativo e manutenção de suas atividades. As demonstrações contábeis do Instituto em 31 de dezembro de 2015, que assumem a manutenção do custeio pelo citado órgão governamental, não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de o Instituto continuar operando. Nossa opinião não está sendo modificada em função deste assunto.

O Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês – Unidade Hospital Geral do Grajaú firmou contrato de Gestão com a Secretaria Estadual de Saúde, a qual prevê o gerenciamento a partir de 01 de janeiro de 2012, com prazo de 5 anos. A Administração trabalha com a expectativa de renovação do citado contrato firmado atualmente com o Governo do Estado de São Paulo, tendo preparado demonstrações contábeis em base de continuidade. Nossa opinião não está sendo modificada em função deste assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do Instituto de Reponsabilidade Social Sírio Libanês – Unidade Hospital Geral do Grajaú referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação, não foram examinadas por nós nem por outros auditores independentes.

São Paulo, 04 de março de 2016.

Octavio Zampirollo Neto

CRC 1SP-289.095/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Sistema pubnet

Prezado Publicante,
Na hora de enviar os arquivos com as matérias (atos) é importante colocar apenas **um ato por arquivo.**

Exemplo 1

A matéria (ato) **A** é diferente da matéria (ato) **B**, ainda que o emissor seja o mesmo, elas não podem ser enviadas no mesmo arquivo.

Ato A		Ato B	
Portaria	do Dirigente Regional de Ensino	Despacho	do Dirigente Regional de Ensino
TIPO	EMISSOR	TIPO	EMISSOR

Emissor da matéria (ato) é o mesmo? ☑ (Dirigente Regional de Ensino)
Tipo de matéria (ato) é o mesmo? ☒ (Portaria e Despacho)
Interpretação: enviar em arquivos separados

Exemplo 2

O emissor da matéria (ato) **A** é diferente do emissor da matéria (ato) **B**, ainda que os tipos de matéria (ato) sejam os mesmos, elas não podem ser enviadas no mesmo arquivo.

Ato A		Ato B	
Portaria	do Dirigente Regional de Ensino	Portaria	do Diretor de Escola
TIPO	EMISSOR	TIPO	EMISSOR

Emissor da matéria (ato) é o mesmo? ☒ (Dirigente Regional de Ensino e Diretor de Escola)
Tipo de matéria (ato) é o mesmo? ☑ (Portaria)
Interpretação: enviar em arquivos separados

Fique atento às mudanças!

Ajude-nos divulgando os novos procedimentos para os outros publicantes do seu departamento.
Você pode falar com a Imprensa Oficial pelo **0800 01234 01**

www.imprensaoficial.com.br

Imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO